

O TRABALHO DECENTE NA CADEIA BRASILEIRA DA PALMA DE ÓLEO

NOTA TÉCNICA Nº 002/2016

BELÉM
2016

1 A PALMA DE ÓLEO

A palma de óleo (*Elaeis guineensis* Jacq.) é uma planta de origem africana cultivada no Brasil desde o século XVII, inicialmente na Bahia e posteriormente no Pará e em outros estados da Amazônia. Atualmente o Pará é o maior produtor de óleo de palma do Brasil, concentrando mais de 80% da área plantada.

A importância do cultivo dessa espécie na Amazônia está associada a vários aspectos, entre os quais: a) alta produção de óleo vegetal utilizado nas indústrias de cosmético, sabão, alimento e combustível alternativo; b) alta capacidade de fixação de carbono e de proteção do solo contra erosão; c) alternativa para a ocupação de áreas desmatadas; d) fonte de emprego e renda.

1 A CADEIA PRODUTIVA DA PALMA DE ÓLEO NO BRASIL

O Brasil é o quinto maior produtor mundial de Óleo de Palma Bruto, com 215.260 hectares plantados, e o Estado do Pará responde por quase 80% da produção nacional com uma área plantada de 167.160 hectares. O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma foi lançado pelo Governo Federal em 2010 como estratégia de investimento em energia renovável e geração de emprego.

A justificativa para o governo brasileiro adotar uma política de estímulo à produção de óleo de palma na Amazônia baseou-se em rígidos critérios ambientais e sociais a partir de análises consistentes sobre as potencialidades econômicas da espécie e condições singulares da região.

O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma brasileiro, bem como seus planos iniciais de expansão, são bons exemplos de políticas públicas, especialmente no que tange às salvaguardas ambientais e sociais que não são observadas em países como Indonésia e Malásia, e que juntos correspondem a 85% da produção mundial. Enquanto nesses países a expansão da lavoura se deu em grande medida pela substituição de florestas e a partir de conflitos sociais, no Brasil a expansão do plantio ocorre em áreas já degradadas, por imposição do Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo na Amazônia (ZAE da Palma).

Outra salvaguarda importante é o Protocolo de Intenções Socioambientais da Palma de Óleo, assinado entre o setor produtivo, o Governo do Estado do Pará e diversas instituições, com o objetivo de estabelecer princípios e critérios sustentáveis para nortear a produção de óleo de palma no Pará.

Oficializada em setembro de 2014, a iniciativa une o poder público e a iniciativa privada em busca de ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do óleo de palma.

O protocolo é resultado de um esforço conjunto baseado na intenção de colaborar para que a expansão da atividade ocorra de forma sustentável no Estado do Pará, especificamente em áreas já antropizadas, ou seja, que já foram desmatadas e podem ser utilizadas para o plantio. Mais uma vez, o documento marca o compromisso do setor com a sustentabilidade.

O documento foi assinado por representantes das Secretarias de Estado do Pará (Agricultura; Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção; Meio Ambiente), Instituto de Terras do Pará, Programa Municípios Verdes, Federação de Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; Emater, Banco da Amazônia, Banco do Estado do Pará, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Associação Brasileira dos Produtores de Palma (Abrapalma). Como acessar esse documento: <http://www.abrapalma.org/pt/protocolo-socioambiental-2/>

Ainda no âmbito do Estado do Pará, maior produtor nacional, outro diferencial é a importância da cadeia produtiva para o fortalecimento da agricultura familiar, ou seja, o componente social do programa. Atualmente são cerca de 1.200 famílias de agricultores integrados às empresas de óleo, que atuam em cerca 27.526 hectares e correspondem a 15% da área plantada.

Sob o ponto de vista socioambiental, a produção de óleo de palma de acordo com as normas do RSPO (*Roundtable on Sustainable Palm Oil*) é atualmente o melhor padrão na geração de empregos no campo, na recuperação de áreas degradadas e no sequestro de gases de efeito estufa.

Ao lançar o Programa de Óleo de Palma no Pará, em 2010, o Presidente Lula identificou no produto uma grande oportunidade econômica para o Brasil e, em particular, para a Amazônia. Motivadas por essas expectativas, empresas como Agropalma, Biopalma, Denpasa, Marborges, Dentauá, Petrobras, ADM e Palmasa investiram mais de US\$ 1,5 bilhão nos últimos cinco anos e, juntas, são responsáveis por 20 mil empregos diretos.

2 A ABRAPALMA

A Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma) foi criada em 2012 para agregar o setor produtivo e liderar o projeto de tornar o Brasil um modelo na produção sustentável do óleo de palma.

São associadas à Abrapalma as seguintes empresas: ADM, Agropalma, BBB, Biopalma, Denpasa, Dentauá, Marborges e Palmasa. São agroindústrias de diferentes portes localizadas em 23 municípios do estado do Pará, que juntas respondem pela maior parte da produção, industrialização e comércio do óleo de palma no país.

Os associados Abrapalma geram cerca de 20 mil empregos diretos e interagem com aproximadamente mil famílias de pequenos e médios produtores que

buscam aliar às tradicionais culturas de subsistência uma alternativa econômica que garanta renda e valorize o trabalho no campo.

A associação trabalha para que haja políticas públicas que permitam ao setor intervir de modo cada vez mais coerente no mercado, com segurança jurídica, acesso à tecnologia e adequação às normas que regem a produção agrícola nacional.

3 TRABALHO DECENTE NA CADEIA DA PALMA

A despeito dos esforços nacionais de combate à prática, o trabalho análogo a escravo na Amazônia é uma realidade que não deve ser negada e obedece a uma cadeia de interesses viciosa de desvalorização e degradação humana, tanto na origem quanto no destino da mão de obra assalariada.

Durante décadas o Pará tem figurado no topo do ranking dos Estados com maior número de trabalhadores resgatados, em sua grande maioria oriundos do Maranhão. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) os três maiores focos de trabalho escravo no Brasil estão divididos entre os Estados do Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, todos pertencentes à Amazônia Legal.

A partir desse breve recorte geográfico, observa-se que para entender o fenômeno é necessário compreender a realidade socioeconômica da origem e do destino do trabalhador, ou seja, a logística do processo migratório. Em geral, a Amazônia conta com baixos índices de desenvolvimento humano e considerável desorganização de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda. Isso força o trabalhador, principalmente o rural, a migrar de seu Estado de origem para aventurar-se em outros Estados dentro da própria Amazônia. Esse círculo vicioso fragiliza o trabalhador, geralmente com baixíssima escolaridade, e o torna presa fácil de aliciadores de mão de obra, os famosos “gatos”.

As empresas associadas à Abrapalma partilham de princípios e ideais relacionados à valorização do trabalho decente, respeito à legislação, adoção de técnicas agrícolas e ambientais sustentáveis e investimento em pesquisa e melhoramento genético.

Em 2015 a Abrapalma e o Sindicato das Indústrias de Óleo no Pará (Sinolpa) firmaram uma parceria para liderar uma iniciativa inédita no Brasil quando, pela primeira vez e de forma totalmente voluntária, uma cadeia produtiva se comprometeu a apresentar à sociedade um amplo mapeamento das condições de trabalho e estabelecer compromissos para valorização do trabalho decente e justo entre seus associados.

O objetivo dessa ação tem sido demonstrar a importância do tema e seu interesse em desenvolvê-lo internamente, na certeza de que a iniciativa que a

Abrapalma pretende liderar junto a seus associados não representa uma solução pronta e acabada para a questão, mas uma clara disposição política de engajamento social para enfrentamento dos problemas relativos ao trabalho decente na Amazônia, especialmente no que tange à cadeia produtiva do óleo de palma.

Tanto para a associação, quanto para o sindicato, a promoção do trabalho decente deve visar não apenas a identificação de meios para a geração de ocupação e de renda, mas o efetivo alcance de condições dignas de vida. Em consequência, engloba ações nas áreas de segurança e saúde do trabalhador, combate à discriminação, criação de oportunidades de trabalho mais equânimes, liberdade de associação e abertura ao diálogo social. Destaca-se com igual importância o interesse da associação em apoiar o combate às formas degradantes de trabalho, como o trabalho infantil, o trabalho forçado e todas as demais práticas espúrias.

Além do mapeamento, a Associação realizou em junho de 2015 o I Simpósio Amazônico Sobre a Valorização do Trabalho Decente e Justo na Cadeia da Palma de Óleo. O evento foi organizado dentro de uma parceria entre Abrapalma, Sinolpa e Cesupa (faculdade local). Além de discutir o tema, o objetivo do evento foi aproximar o mercado da academia e, assim, agregar ciência e práxis para viabilizar um diálogo verdadeiramente social e reconhecidamente democrático.

O simpósio foi pensado como um primeiro passo e partiu da premissa de que, se o crescimento econômico é condição necessária para a evolução de uma sociedade, ele por si só não é suficiente. Sua efetividade está condicionada a uma atenção especial para a organização da própria sociedade, a começar pela dignidade dos seus integrantes, ao fim e ao cabo, os trabalhadores assalariados que fazem as engrenagens do mercado funcionar.